



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003982-51.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **IVANIL APARECIDO DA SILVA LAVA RÁPIDO-ME**
 Requerido: **Nextel Comunicações Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que adquiriu da ré um produto que especificou, o qual lhe seria entregue em quinze dias.

Alegou ainda que tal não sucedeu, mas mesmo assim a ré passou a emitir faturas por serviços não prestados.

Diante da alegação do autor, tocava à ré demonstrar o contrário, comprovando a entrega do produto adquirido, até porque não seria exigível que ele patenteasse fato negativo.

A ré, porém, não trouxe aos autos um só indício que se contrapusesse à versão exordial, além de não impugnar que a entrega do bem aconteceu somente após a propositura da ação (fls. 54/55).

Nesse contexto, resta evidenciado que as faturas emitidas pela ré não tinham qualquer respaldo a justificá-las, transparecendo certo que à míngua da prestação de serviços – porque o produto não foi entregue – ela nada poderia cobrar do autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Ressalvo, por oportuno, que a ação não contempla pedido de ressarcimento de danos morais, razão pela qual as considerações expendidas pela ré a propósito do tema deixam de ser consideradas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão da compra tratada nos autos e a inexigibilidade de todas as faturas emitidas em decorrência dela, inclusive as que o foram após o ajuizamento da ação.

Torno definitiva a decisão de fls. 14/15, item 1.

Transitada em julgado, faculto à ré o prazo de trinta dias para diligenciar a busca junto ao autor do produto que lhe foi entregue, com a ressalva de que se ela não o fizer o mesmo poderá dar-lhe a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**